

## **Parecer Jurídico 36/2022**

Protocolo 34379 Envio em 09/06/2022 13:59:35

**Assunto:** Projeto de Lei nº 029/2022

Trata-se de parecer ao Projeto de Lei nº 029/2022, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que dispõe sobre as “ diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2023 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 – LDO 2023” e dá outras providências.

A proposição está de acordo com o disposto no art. 271, § 2º do Regimento Interno, artigo 297, § 2º da Lei Orgânica Municipal, em simetria com o previsto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal.

**“R.I. - Artigo 271 - .....**

**§ 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispondo sobre as alterações na legislação tributária.”**

**“L.O.M.- Artigo 297 - ...**

**§ 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária.”**

**“C.F.- Artigo 165...**

**§ 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária anual, dispondo sobre as alterações na legislação tributária.....”**

Em relação à iniciativa, atende ao disposto no Art. 55, § 3º, Inciso IV da Lei Orgânica do Município, que diz:

**“Art. 55 - A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, a Mesa Diretora, a**

*qualquer Comissão Permanente da Câmara de Vereadores, ao Prefeito e aos eleitores do Município.*

**§3º** - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que:

**IV** - disponham sobre o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento anual, bem como, a abertura de créditos suplementares e especiais.”

Atende também ao disposto no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 (Anexos de Metas Fiscais e Anexo de Riscos Fiscais), guardando simetria com as orientações contidas neste dispositivo legal, **devendo a Comissão de Orçamento e Finanças e Contabilidade desta Casa se manifestar com maior profundidade a esse respeito**, além de alterações ocorridas em relação a LDO 2022 (Lei nº 3.395, de 13 de Julho de 2021), abaixo descritas:

1) art. 6º, § 1º, III - elevação do montante de 6% previsto na LDO 2022 para 10%, referente a autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, por anulação, superavit financeiro ou excesso de arrecadação ;

2) art. 6º, § 3º - a fixação do limite de até 5% (cinco por cento) da despesa inicialmente fixada para a realização de transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação, tendo em vista que o § 3º do art. 301 da Lei Orgânica do Município não prevê tal limite percentual, apenas autoriza a realização dessas operações e também que este limite não estava previsto na LDO 2022 (Lei nº 3.395, de 13 de Julho de 2021).

**“LOM - Art. 301.** Qualquer proposição que implique alteração, direta ou indireta, em dotação de pessoal e encargos sociais deverá ser acompanhada de demonstrativos da última posição orçamentária e financeira, de suas projeções para o exercício em curso, e atender às exigências dos arts. 16, 17 e 21 da Lei Complementar nº. 101/2000 e as do inciso XIII do Artigo 37 da Constituição Federal.

**§ 3º - A abertura de créditos adicionais, suplementares ou especiais, bem como as transposições, os remanejamentos e as transferências de uma categoria de programação para outra ou de um órgão orçamentário para outro, constituirão matéria de projeto de lei específico, vedada a cumulação com matéria diversa.”**

Em relação à sua tramitação, o mesmo deverá obedecer ao disposto nos arts. 271/277 do Regimento interno, na qual explanaremos a seguir.

Como pode ser observado, o mesmo foi enviado á esta Câmara Municipal em 27/05/2021(fls.01), portanto dentro do prazo estabelecido no artigo 271, § 4º do RI (até 30 de maio) e atendeu ao disposto no art. 272, na qual foi publicado em jornal oficial em

08/06/2020.

O presente projeto de lei encontra-se na COFC – Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, onde deverá aguardar, pelo período de 10(dez)dias (de 15 a 24/06) a apresentação de emendas parlamentares, nos termos do § 1º do art. 272 do R.I.

Encerrado o prazo para apresentação de emendas, começa a fluir o prazo de 15 dias uteis para que a COFC exare parecer sobre o referido projeto, bem como decidir sobre as emendas porventura apresentadas, conforme preceitua o § 2º do art. 272 c/c art. 95 da R.I., cuja decisão é definitiva, salvo se 1/3 dos Vereadores requererem ao Presidente da Câmara a votação em Plenário de emenda aprovada ou rejeitada pela COFC, mas sem discussão (art. 274 do R.I.).

Observo aqui que eventuais emendas apresentadas deverão estar em observância com o previsto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 272 do R.I.

Superada esta fase, a COFC enviará seu parecer final sobre o projeto de lei, bem como a decisão sobre eventual emenda apresentada para publicação e, após a publicação, o projeto de lei será imediatamente incluído na 1ª sessão ordinária próxima, devendo a Ordem do Dia ser, preferencialmente, reservada para a sua discussão e votação.

O projeto de lei em tela deverá ser submetido a dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de 15 (quinze) dias entre eles, obedecendo ao disposto no art. 239, § 1º, alínea “c” e §2º do R.I.

No mais, apresenta ainda de regularidade quanto aos aspectos gramaticais e regimentais, sendo, portanto **legal**, podendo ter sua regular apreciação pelo Egrégio Plenário.

É o parecer.

Paraguaçu Paulista, 09 de Junho de 2022

Mario Roberto PLazza  
Procurador Jurídico

